

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA – LICENCIATURA**

CAMILA LIMA THOMAZ SILVA

**TURNO INTEGRAL NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL AGRÍCOLA:
É INOVAÇÃO?**

**Porto Alegre
2010**

CAMILA LIMA THOMAZ SILVA

**TURNO INTEGRAL NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL AGRÍCOLA:
É INOVAÇÃO?**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia, pela Faculdade de Educação
da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul – FAGED/UFRGS.

**Orientador(a):
Prof. Dr. Paulo Albuquerque**

**Porto Alegre
2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Aldo Bolten Lucion

Diretora Faculdade de Educação: Prof. Johannes Doll

Coordenadoras do Curso de Graduação em Pedagogia –

Licenciatura na modalidade a distância/PEAD: Profas. Rosane

Aragón de Nevado e Marie Jane Soares Carvalho

DEDICATÓRIA

Aos meus amados filhos Pedro e Davi (o que tenho de mais lindo e precioso), para que possam ter sede de aprender e que, também, desfrutem do Turno Integral da Escola Canadá.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amigo e esposo Jorge, por seu amor incondicional, por sua compreensão e carinho dispensados em todas as horas. Por sua disposição em estarmos juntos, descobrindo as artes e os saberes da vida.

Aos meus pais pelo amor e exemplo de vida, por serem a minha referência e estarem sempre presentes, de uma forma indispensável.

Aos meus irmãos, por me ensinarem, de maneira despretensiosa, o gosto pelo aprender.

Ao meu Pastor (e irmão) Vinícius, por me ensinar a conhecer e amar Deus, me ajudando a enxergar no exercício do magistério uma oportunidade de amar.

À minha amiga e Diretora Patrícia Ribeiro, por ter sonhado o Turno Integral na Escola Canadá, por me conhecer, saber das minhas limitações e ainda assim me aceitar como sou. Parafraseando-a, “gostar de mim bem mais do que ontem e bem menos que amanhã...”

Às minhas colegas e amigas Cláudia Fanfa, Dariane Rocha, Denise Oliveira, Fernanda Souza, Sílvia Silveira, Tatiane Rigotti e Zely Coelho que me ajudaram a concluir esta etapa do curso e por acreditarem que o Turno Integral na nossa Escola é possível.

Ao meu professor e orientador Paulo e tutora Rossana, pelo desprendimento ao escolherem me dar apoio.

Às minhas amigas e companheiras de curso Cristina Coelho e Josiane Ferreira pelo carinho e empenho em ajudar-me nas minhas dificuldades.

A Deus dirijo minha maior gratidão, pois mais do que me criar, deu propósito à minha vida, me ensinando com muita paciência e amor. Excelente professor!

Obrigada a todos, pois, mesmo eu ainda estando em construção, me amam, me aceitam e isso me faz uma pessoa muito feliz!

RESUMO

Este trabalho tem como mote a Educação de tempo integral e a preservação ambiental, analisando uma escola de ensino fundamental de característica agrícola no estado do RGS e propõe uma reflexão da validade desta proposta à luz da legislação educacional vigente, bem como as possibilidades de desenvolver e ampliar propostas e políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento da Educação.

Para isso, faz-se necessário além da reflexão sobre a Educação de tempo integral, a revisão da legislação educacional, o resgate histórico do ensino agrícola, bem como a história da Escola de Ensino Fundamental Canadá, para buscar caminhos alternativos a fim de entender e compreender o papel da gestão neste processo de estabelecimento de uma proposta educacional vinculada ao ensino agrícola.

O presente trabalho pretende, ainda, apresentar um estudo de caso da Escola Canadá, fundada em 1957, uma Escola Pública de Ensino Fundamental que preserva a peculiaridade de sua localização, oferecendo uma proposta vinculada ao meio ambiente tendo em sua estrutura curricular o ensino agrícola. A Escola Canadá, a partir do ano de 2009, passou a oferecer aos alunos das séries iniciais o turno integral, onde alunos que antes frequentavam a Escola somente pela manhã ou pela tarde, passaram a frequentá-la o dia inteiro.

Palavras-chave: Educação – Tempo Escolar– Educação Ambiental

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	9
<u>2 TURNO INTEGRAL: UMA POSSIBILIDADE OU UM PROBLEMA?</u>	12
<u>2.1 A Educação em Turno Integral na Formação do Cidadão</u>	13
<u>2.2 A legislação educacional na perspectiva da escola de turno integral para Escola Canadá, em Viamão</u>	16
<u>3 A HISTÓRIA DO ENSINO AGRÍCOLA NO RGS</u>	18
<u>3.1 Canadá em foco</u>	19
<u>3.2 Contexto atual das escolas agrícolas</u>	22
<u>4 O PAPEL DA GESTÃO EDUCACIONAL NA EFETIVAÇÃO DE PROJETOS DENTRO DA ESCOLA</u>	23
<u>4.1 A responsabilidade do fazer</u>	23
<u>4.2 A urgência de ser feito</u>	24
<u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	28
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	30

INTRODUÇÃO

“O ser humano, guiado pelo sentido da beleza, transpõe o acontecimento fortuito para fazer dele um tema que, em seguida, fará parte da partitura de sua vida. Voltará ao tema repetindo-o, modificando-o, desenvolvendo-o, transpondo-o, como faz um compositor com os temas de sua sonata.” (A insustentável leveza do ser, página 58). Neste sentido e parafraseando Rubem Alves, somos um mosaico espiral, à semelhança do Bolero de Ravel (Perguntaram-me se acredito em Deus, R. Alves).

A Educação reflete este primeiro parágrafo, num movimento de ir e vir constante de refazer processos, rever esquemas e ações que sejam capazes de promover o desenvolvimento de um povo. Em outras palavras, educação não é só primordial, mas fundamental. Talvez por isso, a legislação educacional na lei 9394/96 propõe esta reflexão, inclusive quando muda a denominação de Primeiro Grau para Ensino Fundamental. Nesta mesma legislação, o discurso que embasa a necessidade da criança permanecer mais tempo na escola, em seu art. 34, tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para a cidadania.

Tem sido claro e notório as mudanças pelas quais o mundo e o planeta têm passado tanto nos aspectos sociais e ambientais e, conseqüentemente educacionais. A Escola tem assumido um papel bem maior que os conteúdos programáticos desenvolvidos e planejados nas bases curriculares e nos planos dos professores. A Educação Formal deixou de ser formatada para um cidadão com princípios básicos de assistência às necessidades humanas de alimentação, higiene, saúde e carinho. A criança deriva de uma estrutura que vem sofrendo alterações pelas novas formas e modelos sociais e de relacionamento entre as pessoas. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é a prova da necessidade de se criar leis e normas para aquilo que deveria ser naturalmente respeitado, ou seja, a criança. Esta efervescência de ações e mecanismos para se assegurar direitos, se manifesta na necessidade de educadores educarem a geração que terá como compromisso futuro assumir o comando de um planeta que está visivelmente doente.

Neste sentido, que escola deveremos construir para atender a estas novas necessidades? Qual o perfil de gestão que saiba se utilizar da lei em benefício da realidade em que atua? No município de Viamão, uma escola se estruturou e organizou seu currículo para atender às necessidades da localidade, respeitando a realidade dos alunos e da comunidade e educando para o mundo. Há mais de 50 anos a Escola Canadá resistiu às mudanças na legislação educacional e tem se consolidado numa Escola de turno integral e de internato masculino, oferecendo na sua parte diversificada atividades nas áreas de agricultura, pecuária e transformação de produtos, em Unidades Educativas de Produção e contemplando a todos os alunos do 1º ao 9º ano. Esta instituição possui uma proposta pedagógica que atrai as famílias, que também veem a escola como uma alternativa de oferecer aos seus filhos a segurança que uma escola pode proporcionar aos pais, a segurança de saber onde os filhos estão.

Este trabalho tem como mote a Educação de tempo integral e a preservação ambiental, analisando uma escola de ensino fundamental de característica agrícola no estado do RGS e propõe uma reflexão da validade desta proposta à luz da legislação educacional vigente, bem como as possibilidades de desenvolver e ampliar propostas e políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento da Educação.

Para isso, faz-se necessário além da reflexão sobre a Educação de tempo integral, a revisão da legislação educacional, o resgate histórico do ensino agrícola, bem como a história da Escola de Ensino Fundamental Canadá, para buscar caminhos alternativos a fim de entender e compreender o papel da gestão neste processo de estabelecimento de uma proposta educacional vinculada ao ensino agrícola.

Esta reflexão se apresentará em três capítulos: O primeiro capítulo tratará do turno integral vislumbrando-o em dois aspectos: na formação integral do cidadão e na legislação educacional que embasa a Escola de Ensino Fundamental Canadá, em Viamão. O segundo será o resgate histórico do Ensino Agrícola no RGS, contextualizando a Escola Canadá e o panorama das escolas ainda em funcionamento. Por fim, o terceiro contempla o papel da Gestão Educacional na efetivação de projetos para a educação integral,

fazendo assim um mosaico e dando sentido à beleza na composição de histórias para o futuro.

2 TURNO INTEGRAL: Uma possibilidade ou um problema?

“Todo conhecimento começa com o sonho.

O sonho nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar é coisa que não se ensina, brota das profundezas do corpo, como a alegria brota das profundezas da terra. Como mestre só posso então lhe dizer uma coisa. Contem-me os seus sonhos para que sonhemos juntos.”

Rubem Alves

Pensar turno integral tem sentido e é pertinente porque cada vez mais as políticas públicas construídas em nosso país apontam para a necessidade de garantir a permanência das crianças nas escolas.

Importante destacar que este fato revela a percepção, por parte da sociedade, de que existe a necessidade de construção de uma nova escola e que a integralidade é fator de indispensável condição para a integração efetiva de todas as crianças à vida escolar.

A ampliação das funções da escola como turno integral se apresenta como problema ou possibilidade, considerando que professores desempenham papéis muito mais abrangentes que apenas as aulas desenvolvidas em sala de aula?

Nosso interrogante tem razão direta a dois tipos de percepção:

- a) A integralidade é a melhor forma para cumprir um papel sócio-integrador que vem ocorrendo em função de uma realidade em que as comunidades estão mais e mais fragilizadas e não por uma escolha político-educacional deliberada?
- b) A complexidade da realidade e a necessidade de mais tempo na escola significa um rearranjo organizacional que ao ser inovador pode transformar a prática escolar?

Entretanto, a adoção desta proposta pelas escolas, poderia significar mudança de concepção política e técnica e mudança de paradigmas escolares. Em função destes interrogantes o intuito é apresentar um estudo de caso –

Escola Estadual de Ensino Fundamental Canadá, da Região Metropolitana de Porto Alegre – que tem uma prática escolar em regime de turno de integral, interdisciplinar e multidimensional que merece ser analisada como uma situação possível.

2.1 A Educação em Turno Integral na Formação do Cidadão

A Educação é fundamental. Assim, simples, mas ao mesmo tempo complexa pelas possibilidades que vêm inseridas em seu contexto político, econômico e social. Saúde é essencial, mas é com programas educacionais que é possível prevenir a remediar. Quanto mais as pessoas se cuidam, mais barato ao governo torna-se a saúde e, conseqüentemente, mais benefícios a todos. Isto é somente um exemplo. Povo educado recicla, preserva, mantém, evita desperdício, enfim, é mais solidário. A educação dissipa o ódio, o desperdício, as injustiças sociais e desenvolve um povo. As nações mais desenvolvidas econômica e socialmente, no mundo, priorizam a educação e têm suas crianças mais horas e mais tempo na escola. De acordo com o IDE (Índice de Desenvolvimento da Educação), da UNESCO, o Brasil está em 88^o colocação, perdendo para o Paraguai e Bolívia. Na Finlândia, por exemplo, que está em primeiro lugar, as crianças entram obrigatoriamente aos 7 anos na escola e saem aos 19. Só 5% não continuam os estudos e ficam longe das universidades, todas públicas. No Brasil, nem 40% dos jovens cursam o ensino médio; e só cerca de 10% fazem o ensino superior.

Nesse sentido, pode-se perceber a importância da educação na vida das pessoas e na formação de um cidadão mais comprometido e responsável.

Fazendo uma recapitulação da história da humanidade, pode se observar o quanto evoluímos como cidadão e, principalmente, em valores morais e princípios. Na época dos Bárbaros as pessoas se relacionavam e se tratavam de forma bruta. Aliás, civilização, segundo o Dicionário Aurélio é “*Fazer sair do estado primitivo: civilizar um povo. / Instruir, polir. / Tornar civil, cortês. / Passar ao estado de civilização, progredir. / Tornar-se polido (falando de pessoas)*”.

Ainda no século XVI (conhecido com Idade Média) onde a Igreja era a detentora do saber, a escravidão era “lugar comum”. Somente a partir do século XVIII, com a Educação sendo expandida a todos, gratuita, laica e formal é que o mundo começou a evoluir para a civilização de fato. Segundo o texto *Maquinaria Escolar*, de Julia Valéria e Fernando Alvares, “*a Escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isto quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio*”.

Após este período seguiu o processo de escolarização de grande parte da população brasileira (as camadas mais populares), na segunda metade do século XX. Como reflexo deste processo, aconteceu um processo antagônico curioso, porque, ao mesmo tempo em que houve uma queda das responsabilidades da escola no sentido de, por exemplo, precárias instalações do ambiente físico, pela redução da jornada e multiplicação dos turnos de trabalho, pela falta de base didático-pedagógica e pela formação dos professores de baixa qualidade. Houve também, uma atribuição maior à Escola com relação à responsabilidade e à formação integral do cidadão, supostamente exigida pela sociedade que, cada vez mais, cobra educação básica (respeito, alimentação, cuidados com a higiene), que deveriam ser responsabilidade da família. Esta nova atribuição à Escola está subtendida na forma como ela recebe os alunos e expressa na necessidade de uma lei em que obriga a responsabilidade da família nesse sentido.

Neste período, firmou-se a tradição de escola pública omissa, onde a precoce exclusão de grande parte das crianças é um fator muito visível. Esta situação atingiu o apogeu nas décadas de 70 a 90.

A intenção de tornar as Escolas em Turno Integral começou na década de 1980, no Rio de Janeiro, no governo Leonel Brizola, com os CIEP's. Em 1987, o então prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares (PDT), transferiu a ideia para a Capital, dando continuidade ao projeto em sua gestão como governador, a partir de 1991. “*A escola de Período Integral deixou de ser modismo ou*

tendência de mercado, o turno integral vem ao encontro das necessidades das famílias” (Zero Hora do dia 18/08/2010).

Segundo a concepção do Colégio Beneditino, “Falar em Período Integral significa estar consciente do desafio de proporcionar aos alunos, diariamente, momentos significativos de convívio e aprendizagem através de atividades em grupo e individuais, bem como oficinas de Arte, Recreação, Culinária, Informática, Aulas de Inglês e Iniciação ao Esporte. É também ensinar que o cotidiano exige organização e responsabilidade e que para vivermos em sociedade precisamos colocar isso em prática para que, desde pequenos, possamos exercitar nossa cidadania”.

Ainda na Zero Hora, do dia 18 de agosto de 2010, há dados de que hoje apenas 26 das 2.573 escolas estaduais do Rio Grande do Sul funcionam em turno integral. Como exemplo, no bairro Lami, em Porto Alegre, os 121 alunos da escola São Caetano têm aula das 8h10min às 16h35min. Fazem quatro refeições e participam de oficinas de informática, artes e esportes. São três salas de aula (além do refeitório e do laboratório de informática) em um prédio, e outras quatro salas num contêiner, estrutura apelidada pelo CPERS, de escola de lata.

Mas, a implementação do turno integral, requer alguns cuidados, avisa Helena Sporleder Côrtes, professora da Faculdade de Educação da PUCRS, segundo a professora, *“As escolas têm inúmeras carências. Se o tempo na escola for ampliado e as carências permanecerem, nenhum problema será solucionado”.* Postula ainda, que faltam recursos e profissionais.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), os alunos dos ensinos Fundamental e Médio na rede estadual gaúcha ficam 4,2 horas por dia na escola, enquanto a média nacional das escolas estaduais é de 4,6 horas no Fundamental e 4,3 horas no Médio.

Independentemente do modelo, o aumento da carga horária esbarra em pelo menos dois obstáculos: a falta de recursos financeiros e pessoal. A coordenadora estadual do projeto Escola de Tempo Integral, Hilda Liana Diehl, observa: *“A ideia sempre foi aumentar as escolas de turno integral. O maior entrave são recursos humanos. O projeto prevê professores com um nível de*

capacitação, e na rede, às vezes, não há profissionais para atender à demanda". Enquanto as escolas de turno único no Estado custam, em média, R\$ 3.479,17 aluno/ano, as de tempo integral custam R\$ 4.346 aluno/ano¹.

Das 26 escolas de tempo integral, 12 têm taxa de aprovação maior que a média estadual de 80,8%, e 13 tem taxa de abandono abaixo da média de 2%². Dados que demonstram que a Escola de Tempo Integral pode ser uma possibilidade e alternativa, quando o objetivo é avançar em propostas que consolidam o sucesso e a permanência do aluno na escola, bem como aumentar o tempo de escolaridade.

2.2 A legislação educacional na perspectiva da escola de turno integral para Escola Canadá, em Viamão

Num primeiro momento, ou até o momento, a lei que amparava (nem tanto), a permanência da Escola Canadá, estava rasamente baseada no art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 12 de dezembro de 1996, que assim postula:

“ Art. 26: Os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

Ou seja, a parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, que no caso da Escola Canadá, se constrói a partir de uma história de mais de 50 anos. O fator histórico aqui é determinante para a permanência da Escola, pois se considera que o princípio básico para que uma instituição viva é a utilidade a uma comunidade. E foi o peso desta história que fez com que ela se mantivesse até o momento da implantação do Turno Integral para as séries iniciais, em 2009.

¹ Dados de 2009. Fonte: Secretaria de Educação.

² Dados de 2008, relativos ao Ensino Fundamental. Fonte: Secretaria de Educação, com números do Inep.física.

Também no art 28 da LDB, refere-se:

“Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

- adequação à natureza do trabalho na zona rural”.

Embora, haja uma sublimação em relação a estes artigos, pois estamos acostumados a *obedecer* às ordens da mantenedora, foram eles que deram sustentação e justificativa para legitimar uma situação legítima há mais de 50 anos.

A considerar que a espera pelo Decreto, que regulamenta esta situação, é mais lento que a vontade de fazer com que o projeto acontecesse, o amparo, então, ficou por conta também da LDB que prevê gradativamente o turno integral ao Ensino Fundamental e ao Decênio da Educação Nacional, que reforça este empenho.

3 A História do Ensino Agrícola no RGS

“A agricultura foi inventada entre 10 a 15 mil anos atrás, e nos últimos dois ou três mil anos evoluiu para as belas culturas camponesas, localmente adaptadas e sustentáveis em muitas regiões do mundo...” (LUTZEMBERGER, 2001). De lá para cá muita coisa mudou na agricultura. Depois de sobreviver a vários contextos, como, por exemplo, o uso indiscriminado das riquezas naturais, o comércio clandestino de matéria prima (ainda hoje percebido), ela passou a ser pensada de maneira a sustentar as pessoas em suas necessidades, sem depredá-la.

O ensino técnico agrícola, no sentido de educar para uma prática, surge durante o reinado de D. João VI, originando na primeira escola de agronomia do país. Segundo o texto de Silvana Maria Gritti, Educação profissional rural: formação técnica, “Conforme Calazans (1993), a formação profissional agrícola explicitada pelo Parecer nº 16/99, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, ao resgatar a “Trajetória da educação profissional no Brasil,” relata que, no ano de 1910, foi reorganizado o ensino agrícola no País, objetivando a formação de trabalhadores destinados ao controle, organização e administração do trabalho. No entanto, “a sua institucionalização definitiva, nos graus elementar e médio, por força do Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, que dispôs sobre a Lei Orgânica do Ensino Agrícola” (COAGRI, 1982, p. 33) se realiza tardiamente, lembrando que “o ensino agrícola nasceu no Ministério da Agricultura, onde permaneceu de 1910 até 1967” (op. cit., 1982, p. 33).”

No Rio Grande do Sul, foi fundada em 1883 a Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel (integrada a Universidade de Pelotas).

Em Porto Alegre, no ano de 1896, surge a Faculdade de Agronomia da UFRGS, localizada no bairro Agronomia e que mantinha, no município de Viamão, no bairro Passo do Vigário, antiga estrada que levava à praia (antes da construção da RS040), a sua Estação Experimental, com um área de, aproximadamente, 464 ha, onde se desenvolviam os projetos agrícolas, na prática. Ainda, hoje, mantem – se o *Casarão*, como é chamado, nas dependências da Escola Canadá, com data de 1919.

Em 1910, foi criada a Escola de formação de Capatazes Rurais (atual Escola Estadual Técnica de Agricultura), pertencente à UFRGS, mais tarde, pela organização do Ensino Agrícola em ciclos, cria-se a Escola de Mestria Agrícola Canadá.

3.1 Canadá em foco

A Escola Canadá surge, legalmente, com o Decreto 7796 de 06 de maio de 1957, quando foi criada a Escola Mestria Agrícola, que integrava a Escola Técnica de Agricultura, sob a orientação da Superintendência do Ensino Profissional da SEC (Secretaria de Educação e Cultura).

Pelo Decreto 8269, a Escola Mestria Agrícola, passa a denominar-se **CANADÁ** e, a partir do Decreto 10768 de 1959 a escola passa a ter autonomia administrativa e fica subordinada diretamente à Superintendência do Ensino Agrícola da Subsecretaria do Ensino Técnico da SEC.

O nome CANADÁ foi uma homenagem ao país, que através de sua embaixada, doou à Escola implementos agrícolas e animais P.O. (puro por origem), dando início ao plantel e ajudando nas atividades agrícolas da escola, em suas Unidades Educativas de Produção (UEP's).

Não há registros na escola de como e por que aconteceram tais doações, nem mesmo quem foi a pessoa que mediu. Mas esta história é reproduzida por todos que moram e vivem a escola a mais de 40 anos, o que se tornou uma versão pública. Independente disto, há 50 anos a Escola leva a bandeira do país Canadá e é conhecida como uma escola que oferece ensino de qualidade e preserva um ambiente familiar e acolhedor, no decorrer destas cinco décadas.

No decorrer dos anos, novos Decretos e Portarias sucederam-se no sentido de reorganização até que no ano de 2000, através da Portaria 330 de 21/12/2000 em conformidade com o disposto na Resolução CEED 253/2000, a Escola passou a designar **ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CANADÁ**, atendendo à legislação vigente, através da LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96).

Antes de ser criada a Escola, a área pertencia à União Federal, onde funcionava uma estação experimental da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O prédio da estação, datado de 1919 é o cartão postal da escola e fica localizado na sua entrada.

Nesta época a Escola Técnica de Agricultura (ETA - como é conhecida na região, onde forma Técnicos Agrícolas ou Pecuários, com uma legislação específica para o ensino médio), já existia e acolhia quem concluíra os primeiros anos (alfabetização e inicialização nos manejos da terra) em uma escola em Porto Alegre, conhecida como Escola do Morro. Esta escola foi extinta e para atender a demanda de alunos e a necessidade do Estado do Rio Grande do Sul, que é um Estado basicamente agrícola, foi criada a Escola de Mestria Agrícola (atual Canadá), que atendia aos primeiros anos de escolaridade.

A Escola Canadá é vizinha da Escola Técnica de Agricultura, fato este que impediu que a Canadá oferecesse curso de formação técnica no Ensino Médio. Mesmo porque, a Canadá sempre ofereceu os anos iniciais, como ainda hoje. É comum os alunos concluírem o Ensino Fundamental na Escola Canadá e ingressarem na ETA, para se formarem técnicos.

Em sua proposta pedagógica, a escola estava estruturada, até o ano de 2009, para receber alunos externos – da 1.^a a 4.^a série, oriundos da comunidade e filhos de pequenos agricultores que permaneciam na escola durante o período normal de aula.

A escola ainda atendia alunos de 5.^a a 8.^a séries em regime de internato (moram na escola de segunda feira à sexta feira) e semi - internato (passam o dia inteiro na escola), alunos oriundos do meio rural – filhos de pequenos agricultores- e aqueles que são vocacionados para este tipo de proposta educativa.

Nos seus 56 ha, há 15 UEP's (Unidades Educativas de Produção), entre agricultura, pecuária e transformação de produtos, atendendo os alunos das séries finais em pequenos grupos, sendo as UEP's assim organizadas em séries:

5^a série:

-  Plantas Medicinais (Agricultura);
-  Jardinocultura (Agricultura);

- ✚ Pequenos Animais (cunicultura e avicultura) (Pecuária);
- ✚ Vermicompostagem (Pecuária).

6ª série

- ✚ Olericultura (Agricultura);
- ✚ Higiene, saúde e limpeza (Transformação de produtos);
- ✚ Piscicultura (Pecuária);
- ✚ Padaria (Transformação de produtos).

7ª série

- ✚ Fruticultura/silvicultura (Agricultura);
- ✚ Artesanato (Transformação de Produtos);
- ✚ Suinocultura (Pecuária).

8ª série

- ✚ Culturas Regionais (Agricultura);
- ✚ Agroindústria (Transformação de Produtos);
- ✚ Gado Leiteiro (Pecuária).

Considerando duas turmas para cada série, fica assim, então, organizada a rotina:

Turno da manhã:

Turmas A's, em sala de aula com as disciplinas do núcleo comum e as turmas B's, divididas em grupos, conforme as UEP's da série.

Turno da tarde:

Turmas B's, em sala de aula com as disciplinas do núcleo comum e as turmas A's, divididas em grupos, conforme as UEP's da série.

Em média, nas UEP's, ficando 8 alunos, com atividades práticas e teóricas, orientada por professor habilitado para a área.

É com base na Pedagogia do saber fazer que a escola está estruturada, respeitando a faixa etária e a segurança adequada para desenvolver as atividades práticas. Os alunos recebem noções básicas de agricultura, pecuária e transformação de produtos e, tudo que é produzido na Escola, é revertido à alimentação dos alunos. Estes recebem três alimentações diárias (lanche da manhã, almoço e lanche da tarde), sendo que os internos recebem seis refeições (café da manhã, lanche, almoço, lanche, janta e ceia).

O internato é oferecido àqueles que moram em outros municípios e que desejam aprender as práticas agrícolas, há um tempo eram filhos de

agricultores ou aqueles que desejavam serem técnicos agrícolas, atualmente a Escola exerce uma função mais social e assistencialista, do que propriamente educacional, neste sentido.

3.2 Contexto atual das escolas agrícolas

“Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo...”
(FERNANDO PESSOA)

Em 2006 eram 28 escolas agrícolas tendo o Estado do Rio Grande do Sul, como mantenedora. Destas 28, pelo menos 8 eram somente de Ensino Fundamental, com internato. Em 2007, o cenário mudou, pois a SUEPRO, superintendência do Ensino Profissional do RGS, entendeu que estas escolas não eram interessantes, pois custavam caras para atender um contingente de alunos inferior às escolas regulares. A partir de então, algumas escolas se reorganizaram para se transformar em Escolas Técnicas de Ensino Médio e, outras, foram extintas. Embora, todas estivessem legalmente amparadas pelo artigo 7º da Lei de Criação da SUEPRO, datada de 1998, portanto após a LDB de 1996, a maioria cedeu à pressão política da época.

A Escola Canadá não podia ser transformada em Escola Técnica em função da EETA (Escola Técnica de Agricultura), situada na mesma localidade e dividindo espaço físico.

(...) A sorte foi lançada, era preciso pensar rápido.

4 O papel da gestão educacional na efetivação de projetos dentro da escola

4.1 A responsabilidade do fazer

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”

(FERNANDO PESSOA)

Diante do quadro que se apresentava e do contexto político, não havia tempo, em 2007, de implantar o Turno Integral, haja vista, inclusive, a mudança de Direção da Escola. A proposta anterior era de transformar a Escola em Escola de formação continuada para trabalhadores, oferecendo qualificação profissional no Ensino Fundamental. Uma proposta do Governo Federal, chamada de PROEJA, mas que foi rejeitada pela SUEPRO, que considerou inadequada à Escola. Diante disto, a Direção precisou montar uma estratégia em que pudesse defender a continuação das atividades pedagógicas da escola, com base na legislação vigente e na justificativa história de 50 anos de ensino agrícola e ambiental.

No ano de 2007 a Escola se adequou a legislação, passando a oferecer o ensino em duas modalidades: série e anos, concomitantemente.

A partir do ano de 2009 a Escola Canadá passou por uma nova mudança, onde precisou reformular sua proposta pedagógica. Passou, então, oferecer o Turno Integral aos alunos do 1º ao 5º ano. Com isso, a Escola precisou gerenciar recursos, professores e funcionários para que os alunos fossem atendidos plenamente durante o período que estivessem na Escola.

4.2 A urgência de ser feito

2009 foi um ano tenso, de expectativas e angústias da vivência de um novo necessário e urgente. A angústia de um arriscar sem a certeza de acertar.

“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?” (Fernando Pessoa)

Foram muitos anos de angústia em que todos os que vivem a Escola Canadá sofreram pelas muitas mudanças e ameaças de um fim próximo. Porém o Turno Integral veio na esperança de uma permanente luta pela educação e pela educação agrícola e ambiental. Enquanto somente os ambientalistas falavam e proferiam a educação ambiental, o efeito estufa, as alternativas sustentáveis, a urgência de educar o cidadão para o futuro de um planeta que seja mais viável, a Escola Canadá já educava com vistas a estes valores.

Não foi somente esta questão que fez da Canadá necessária. As mudanças sociais que emergem na necessidade de manter a criança mais tempo longe das ruas, veio também na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de julho de 1990, na luta incessante em dar direito àqueles que deveriam tê-lo, sem necessitar de lei.

Desde a sua implantação, o Turno Integral na Escola Canadá passou por muitas modificações e adequações para que este pudesse acontecer. Em seu primeiro ano de vigência, professores, monitores e funcionários se esforçaram para que, durante o período inverso da aula, os alunos realizassem atividades de qualidade, na forma de oficinas educativas e de entretenimento. Foram então oferecidas atividades como Teatro, Atividades Esportivas, Hora do Tema, Hora do Conto, Vídeo, Brinquedoteca e Artes, bem como Educação Ambiental, ministrado por um professor da área técnica, dentro das Unidades Educativas de Produção da Escola. Para tanto, a Escola recebeu o auxílio de algumas Parceiras Voluntárias para que tais oficinas fossem realizadas.

Durante este período, muitas vezes a composição dessas oficinas foram redesenhadas para melhor atender as crianças. Pela falta de profissionais habilitados na área, as oficinas eram realizadas com muita força de vontade, porém muitas vezes percebeu-se certa insegurança para ministração destas. Não se entende o porquê que, mesmo estando este espaço na intenção do governo, este demore tanto para que reconheça e autentique sua efetivação.

A avaliação tanto de pais como dos próprios alunos foram positivas neste primeiro ano, uma vez que os filhos eram atendidos durante o dia inteiro na Escola sem custo, de maneira simples, com algumas precariedades.

Os objetivos da Secretaria Estadual de Educação do Governo do Estado para implantação da Escola de Tempo Integral, conforme seu site é:

- ✚ Manter os estudantes com atividades, no instante em que os pais estão buscando o sustento da família no mundo do trabalho;
- ✚ Educar os alunos para o pleno exercício da cidadania, orientando-os para a vida;
- ✚ Criar hábitos de estudos, aprofundando os conteúdos vivenciados no turno regular;
- ✚ Vincular as atividades pedagógicas às rotinas diárias de alimentação, higiene, recreação e estudos complementares;
- ✚ Orientar, com auxílio de profissional competente, pais e educandos da importância de cultivar bons hábitos alimentares e de higiene;
- ✚ Suprir a falta de opções oferecidas pelos pais no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
- ✚ Desenvolver as habilidades do educando desde o cultivo da terra à eletrônica, levando em consideração sua origem ou procedência, bem como suas tendências e habilidades;
- ✚ Possibilitar aos estudantes, oriundos de famílias de baixa renda, ambiente adequado e assistência necessária para a realização de suas tarefas;

Neste sentido, observa-se que a Escola Canadá está, dentro das suas possibilidades, oferecendo a seus alunos dos primeiros anos do Ensino Fundamental a educação integral dos mesmos.

No segundo ano de sua implantação, o Turno Integral da Escola passou por novas modificações. Chegaram novos parceiros voluntários, onde se pode realizar novas oficinas, como a oficina de Hip Hop, que foi aceita pela comunidade escolar de forma positiva. O empenho e a dedicação das crianças foram tanto que estes participaram do Festival de Dança do Município com 49 grupos inscritos, sendo contemplados com o segundo lugar.

Hoje a estrutura das oficinas está assim desenhada:

Manhã: atende os alunos do 2º ano e 4º ano, contando com seteicineiros, distribuídos entre as oficinas de Hora do Conto, Hora do Tema, Hip Hop, Artes, Vídeo, Atividades Esportivas e Educação Ambiental.

Tarde: atende os alunos do 1º ano, 3º ano e 4ª série, contando com seteicineiros, distribuídos entre as oficinas de Hora do Conto, Hora do Tema, Hip Hop, Artes, Vídeo, Atividades Esportivas e Educação Ambiental.

Um dos objetivos da Escola é que, a cada ano, as oficinas tenham mais diversidade e qualidade, para que os maiores beneficiados sejam os alunos, razão da Escola existir.

*“Compreendi, então,
que a vida não é uma sonata que,
para realizar a sua beleza,
tem de ser tocada até o fim.
Dei-me conta, ao contrário,
de que a vida é um álbum de mini-sonatas.
Cada momento de beleza vivido e amado,
por efêmero que seja,
é uma experiência completa*

que está destinada à eternidade.
Um único momento de beleza e amor
justifica a vida inteira.”

Rubem Alves

5 Considerações Finais

“Sim, sou eu, eu mesmo, tal qual resultei de tudo...

Quanto fui, quanto não fui, tudo isso sou...

Quanto quis, quanto não quis, tudo isso me forma...”

(Fernando Pessoa)

É como um espelho! O caminho que se escolhe a seguir, as experiências que vivenciamos, a forma como reagimos às experiências que se apresentam. Tudo isso nos forma. As considerações são finais, mas não são conclusões, porque a vivência está em pleno processo e, como processo, não está acabado, está sempre em mudança, movimento, ação, reação, enfim... Muitos saberes e construções por vir e, quem sabe ainda, muitas lutas para continuarmos a travar.

A escolha de se implantar o turno integral veio, inicialmente, como uma possibilidade de tornar a escola indispensável, em um segundo momento um problema com medo do desconhecido. Este problema estava carregado de situações novas, que sugeriam os embates daqueles que consideravam o projeto dispensável, por terem uma relação de trabalho com valores em simplesmente “ter emprego”, ou ainda, no sentimento de “não dar conta do recado”. Retomando a postulação de Helena Côrtes, os recursos indisponíveis também geravam a predestinação de um possível insucesso, mas a vontade e o desejo de fazer história foram maiores que tais impasses.

Somado a isto, a história ida e vivida, trazia consigo outra possibilidade: o pioneirismo e a certeza de que pode dar certo, se o querer é maior que o poder. Além disso, o cenário social atual é propício e emerge da necessidade de arranjos também educacionais para suprir as lacunas deixadas por um modelo de família quase extinta. Uma sociedade em que deixa para o Estado o imposto de qualidade de vida para todos.

No caso específico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Canadá, foi fundamental o conhecimento da legislação, pois embora nossa legislação, de maneira geral, é excessiva, traz consigo também a ideia de desnecessária, pois poucos são os que a conhecem para fazer valer os seus direitos. Não

seria necessária a disposição de um decreto para validar uma história de mais de meio século, não fosse a urgência de mostrar a todos que EDUCAÇÃO, não é essencial, mas fundamental, da mesma forma em que seria desnecessário, não fosse o descaso, de uma lei para proteger quem deveria ser protegido por natureza: crianças, em vista do ECA. Então, antagonicamente, temos leis que pouco nos garantem e buscamos leis para nos legitimar. O ECA não precisava existir se a educação fosse eficiente. A Canadá não precisaria sofrer em tempos de instabilidade política, porque é uma escola. Uma Escola que há mais de 50 anos contempla o que o mundo acabou de conhecer: a Educação Ambiental. Uma Escola que contempla a necessidade básica do ser humano e primeira: no setor primário da economia (Ensino Agrícola). Uma Escola que contempla o saber, o comer, o viver, o respeitar, o amar, valores pouco difundidos que precisam ser garantidos por lei.

Se a Educação de Turno Integral é uma inovação possível?

Visite a Canadá!³

³ Nome de um dos Projetos da Escola Canadá.

Referências Bibliográficas

A Tarde – **jornal online**. Disponível em: <www.atarde.com.br>. Acesso em: 05 nov. 2010.

ALVES, Rubem. **Perguntaram-me se acredito em Deus**. São Paulo. Ed. Planeta do Brasil, 2007.

Aurélio – **dicionário**. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/Civilizar>>. Acesso em: 05 nov. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dez.1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional** – LDBEM.

LUTZEMBERGER, José A. O absurdo da Agricultura. **Estudos Avançados**, 15 (43), 2001. p.61-74.

Secretaria Estadual da Educação, disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/escola_tempo_integral.jsp?ACAO=acao1>. Acesso em: 06 nov. 2010.

SOARES, Mozart Pereira. **ETA** – Escola Técnica de Agricultura João Simplício Alves de Carvalho. Contribuição para a História. AGE Editora. Porto Alegre. 1997.

VARELA, Julia; ALVARES-URIA, Fernando. A Maquinaria Escolar. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n 6, 1992.

Zero Hora. **Jornal** Edição 18 ago. 2010. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Pol%EDtica&newsID=a3007155.xml>>. Acesso em: 05 nov. 2010.